

política

AGU calcula que pedidos para reembolso do INSS já somam R\$ 1 bi

/ GOVERNO FEDERAL

A Advocacia-Geral da União (AGU) calcula que os pedidos de reembolso de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que tiveram descontos indevidos já somam R\$ 1 bilhão.

O valor é uma estimativa baseada nos cerca de 1,7 milhão de beneficiários que informaram, até o momento, que foram lesados pelos descontos a associações e sindi-

catos - que desencadearam a Operação Sem Desconto, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU).

As associações terão um prazo de 15 dias úteis para comprovar o vínculo com o beneficiário, anexando ao sistema documentos, por exemplo, que atestem sua filiação, a autorização para o desconto e a identidade do segurado.

Se ficar confirmado que não houve autorização formal, o beneficiário receberá o reembolso.

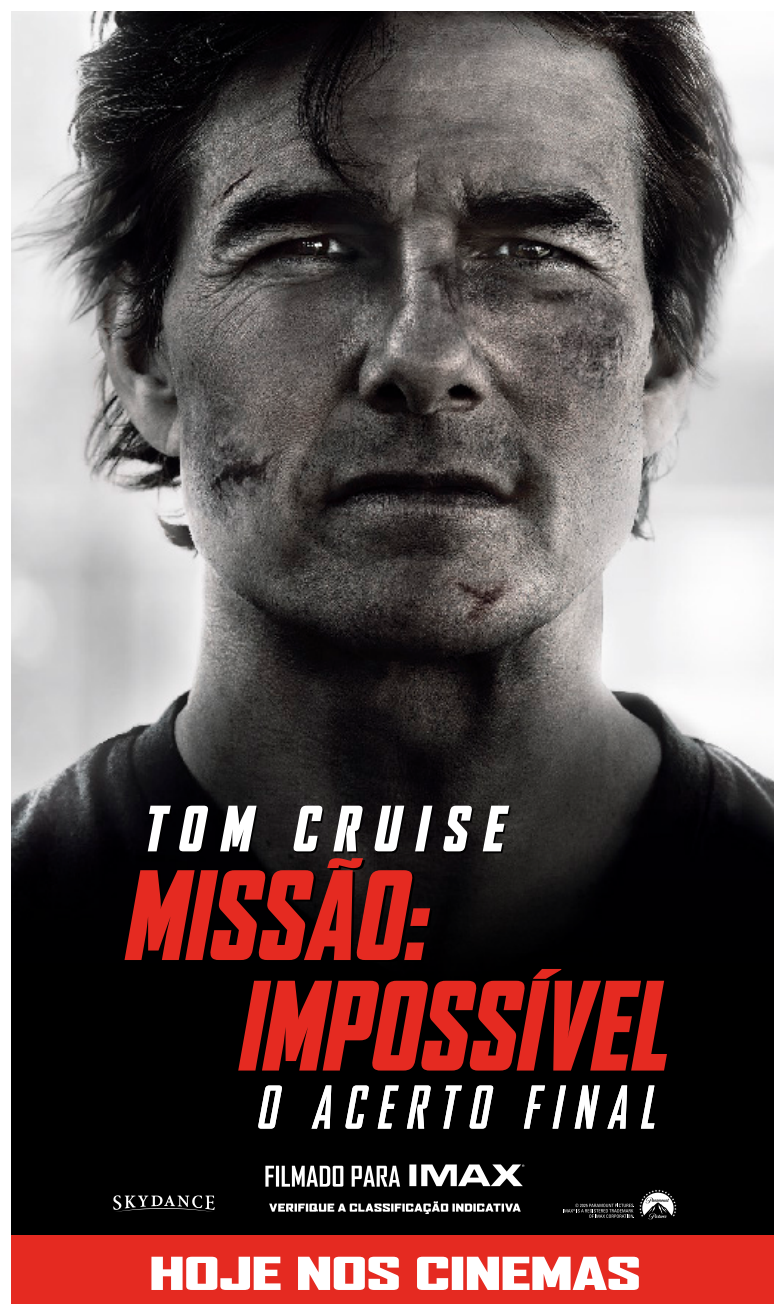
Leite confirma pré-candidatura à Presidência da República em 2026

/ ELEIÇÕES 2026

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), confirmou que é pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 2026. Leite se reuniu pela primeira vez com a bancada do partido na Câmara dos Deputados des-

de que se filiou ao PSD em 9 de maio, após deixar o PSDB.

“Sim, eu sou um pré-candidato à Presidência da República. Busco esse caminho. É uma aspiração legítima de quem foi prefeito, governador e quer contribuir para o melhor do Brasil”, declarou Leite em coletiva após a reunião.



TOM CRUISE
MISSÃO: IMPOSSÍVEL
O ACERTO FINAL

FILMADO PARA IMAX
VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

SKYDANCE

HOJE NOS CINEMAS

Melo protocola projeto para a concessão do Dmae

Proposta tramitará no Legislativo por 90 dias; edital deve sair em 2026

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofiaue@jcrs.com.br

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), protocolou, na tarde de ontem, o projeto que concede parcialmente o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) à iniciativa privada. De acordo com a proposta, a empresa vencedora do edital será responsável por manejar o serviço de esgotos, enquanto a captação e o tratamento de água, bem como os sistemas de drenagem e de prevenção contra cheias, seguirão sob responsabilidade do poder público.

Em reunião na Câmara, momento em que entregou a proposta em mãos à presidente do Legislativo, Comandante Nádia (PL), o prefeito reiterou que será garantida a estabilidade dos servidores da autarquia, conforme consta em um dos artigos da proposta. Os funcionários que atuam na captação e no tratamento de esgoto, parcela que será concedida à iniciativa privada, passarão por um processo de requalificação e serão realocados para o setor de águas.

O texto também estabelece que o valor de outorga recebido pela licitação será utilizado para garantir a modicidade tarifária, ou seja, que o preço dos serviços do Dmae siga em níveis acessíveis, especialmente para os que usufruem da tarifa social. “Eu não estou preocupado em botar bilhões nos cofres da prefeitura, estou preocupado em efetivamente melhorar o serviço”, afirmou o prefeito.

A duração da concessão ainda não está definida, especialmente porque o projeto aguarda uma nova modelagem, que será realizada pelo BNDES. O prefeito adianta, no entanto, que o prazo de atuação da concessionária na Capital deve ser entre 25 e 35 anos. O Executivo também não definiu se a regulação e a fiscalização do contrato ficará sob responsabilidade da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (Agergs). “As agências no Brasil precisam ser rediscutidas, têm que ter efetividade, quadros para poder fazer aquilo que tem que ser



Sebastião Melo entregou documento para análise dos vereadores

feito”, pontuou Melo.

O projeto tramitará na Câmara por 90 dias. Durante esse período, serão realizadas audiências públicas presenciais em todas as regiões do Orçamento Participativo, para que o projeto possa ser explicado e discutido pela população. Paralelamente ao trâmite no Legislativo, a prefeitura dará seguimento à elaboração do edital e do contrato de parceria, que deverá ser analisado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) por até 90 dias.

Após o projeto ser protocolado, a bancada de oposição da Câmara se posicionou contrariamente à matéria. De acordo com o vereador Jonas Reis (PT), líder do grupo, qualquer tipo de parceria ou privatização vai ampliar os gastos ao contribuinte. Ele explica que, por ser uma autarquia, o Dmae não paga impostos. Essa economia chega a 34%, o que mantém a tarifa cobrada pelo órgão mais barata. Se aprovado o projeto, a parte concedida à iniciativa privada entrará em um enquadramento de CNPJ, passando a contribuir com o ICMS, ISS, Cofins e Imposto de Renda, por exemplo.

Com mais gastos, a concessionária tenderá a repassar o valor ao consumidor ao longo dos anos, na avaliação de Reis. “Uma pessoa que hoje paga 150 reais, com os impostos vai pagar 200 reais. Para quem ganha 10 mil ou 20 mil reais, isso não tem impacto. Mas para quem ganha 1.500 reais, um salário mínimo, tem um impacto enorme, é 5% do orçamento familiar”, pontuou o vereador.

Em nota divulgada à imprensa, a bancada de oposição afirmou que o projeto se trata de um

“eufemismo cínico”. “O Bloco de Oposição repudia veementemente essa proposta entreguista, que pretende conceder à iniciativa privada a gestão de um bem público essencial. Água não é mercadoria, saneamento não é negócio. São direitos fundamentais, reconhecidos inclusive pela ONU, e devem ser garantidos pelo poder público, com controle social e transparência”, diz o texto.

Próximos Passos

■ **Câmara** - O projeto tramitará durante 90 dias, passando pelas comissões fixas do Legislativo e recebendo os seus pareceres. Durante a tramitação, serão realizadas audiências públicas em todas as regiões do Orçamento Participativo. Aprovado em todas as comissões, o projeto estará pronto para ser debatido e votado em plenário.

■ **Modelagem** - A prefeitura enviou ofício solicitando o processo de remodelagem do projeto de concessão. A diretoria do órgão solicitou uma reunião com o prefeito Sebastião Melo, que deve ser feita para que o processo possa ter continuidade. O banco havia realizado um modelo de parceria antes das enchentes de 2024, mas é necessária uma reestruturação do contrato.

■ **Tribunal de Contas do Estado** - Depois de concluída a modelagem, o contrato será enviado ao TCE, que terá 90 dias para analisar o documento e apresentar manifestações.

■ **Edital** - Paralelamente ao processo legislativo, a prefeitura elaborará o edital de concessão, documento que guiará a licitação e estipulará os deveres da empresa a ser escolhida.